



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29/05/2017
(Contém folhas)

ATA Nº 12

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé	(PSD)
Vereador:	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:
Vereadores:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 29/05/2017

ATA Nº 12

----- Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano dois mil e dezassete, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver “quorum” para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária realizada no dia 08 de maio de 2017 foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

1.1.1 - Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro - Voto de Agradecimento

----- Foi presente um ofício da Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro, a informar que em Assembleia Geral Ordinária realizada no passado dia 14 de abril, por proposta da Direção e expresso no seu “Relatório de Contas de 2016”, foi aprovado, por unanimidade, um voto de agradecimento à Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra pela excelente colaboração que sempre se dignou dispensar àquela Instituição,



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

nomeadamente ao seu digníssimo Presidente. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

1.1.2 - Protocolo de Divisão de Energia Eólica Produzida nos Limites dos Concelhos de Góis e Pampilhosa da Serra

----- O Senhor Presidente informou o restante Executivo que, tendo conhecimento de um acórdão que contraria os pressupostos que estão na base de um acordo estabelecido com a Câmara Municipal de Góis, celebrado em 22-08-2006, mandou suspender os pagamentos inerentes ao referido Protocolo de Divisão de Energia Eólica Produzida nos Limites dos Concelhos de Góis e Pampilhosa da Serra, até que se decida se existem fundamentos para manter a vigência do citado Protocolo. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - CÂMARA MUNICIPAL

2.1.1 - Representatividade no Condomínio do Centro Comercial de Pampilhosa da Serra

----- Pelo Senhor Presidente foi presente o seguinte: -----

----- Tenho a honra de informar a Câmara Municipal que, no uso da competência prevista na alínea h), do nº 2 do art. 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, atenta a sua atual redação em vigor, por meu Despacho de 20 de fevereiro de 2017, determinei que a Senhora Vereadora Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé represente o Município de Pampilhosa da Serra, na prática de atos de gestão e administração, no condomínio do Centro Comercial de Pampilhosa da Serra. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.1.2 - Realização de hasta pública para alienação do Lote 7E da Quinta de S. Martinho;

----- Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta: -----

----- *"No uso das competências que me foram delegadas pela Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, na sua reunião realizada em 15 de outubro de 2013, designadamente as previstas na al.*



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

g) do nº 1 do artigo 33º ("Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG") e na al. ff) do nº 1 do artigo 33º ("Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal") do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de informar a Câmara Municipal que irei determinar a realização de hasta pública para alienação do prédio urbano (Lote nº 7E), sito na Quinta de S. Martinho, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra, com a área total de 5862 m², inscrito a favor do Município de Pampilhosa da Serra na respetiva matriz predial urbana sob o artigo nº 3496 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a ficha número 8174, a freguesia de Pampilhosa da Serra. -----

----- Para esse efeito, foi solicitada uma avaliação do valor patrimonial/real do referido Lote 7E, constante de Informação nº 2838 anexa à presente, tendo-se apurado que, não obstante o mesmo ter sido avaliado em 17/03/2017, pelo perito das Finanças, em 301.180,00 €, o valor final real de mercado do lote 7E é de 40.330,56 €. -----

----- Ainda assim, -----

----- Atendendo a que os Municípios dispõem de atribuições no domínio da promoção do desenvolvimento, conforme disposto na alínea m) do nº 2 do artigo 23º do Regime Jurídico das Autarquias Locais ; -----

----- Considerando que, para a execução das referidas atribuições são conferidas aos órgãos municipais competências ao nível da promoção e apoio ao desenvolvimento de atividades económicas e, consequentemente, ao investimento nos respetivos concelhos, tal como decorre do disposto na al. ff) do nº 1 do art. 33º do citado Regime Jurídico; -----

----- Considerando a necessidade de promover o desenvolvimento económico, incentivando o investimento de iniciativa privada no concelho de Pampilhosa da Serra, por ser determinante para a melhoria da qualidade de vida das nossas populações; -----

----- Tendo ainda em conta que o referido lote 7E possui aptidões para aí serem instalados serviços e/ou comércio considera-se que, a título de incentivo ao investimento no concelho, seja fixado o valor base de licitação para alienação do referido Lote 7E, em hasta pública, em 24.200,00 (vinte e quatro mil e duzentos Euros), ou seja, 60% do valor da avaliação. -----

----- Pelo que, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal, após apreciação, delibere concordar que seja fixado o valor base de licitação para alienação do referido Lote 7E, em hasta pública, em €24.200,00 (vinte e quatro mil e duzentos Euros), a título de incentivo ao investimento no concelho de Pampilhosa da Serra." -----

----- Face ao exposto de depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2.1.3 - Associação de Amigos das Forças Armadas Portuguesas - AFA, convite ao Município como Membro Conselheiro;

----- Foi presente um e-mail remetido pela Associação de Amigos das Forças Armadas Portuguesas - AFA, com registo de entrada nº 4981, de 28-04-2017, a formular convite ao Município de Pampilhosa da Serra para integrar a AFA como Membro/Sócio Conselheiro daquela Instituição. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade retirar da Ordem de Trabalhos o assunto em apreço, a fim de analisar e aclarar algumas disposições contidas nos Estatutos da Associação. -----

2.1.4 - Ocupação de uma Parcela de Terreno com 1.435 m², pertencente ao artigo rústico nº 9626, sita no lugar denominado "Favaca", Freguesia de Portela do Fojo-Machio, Concelho de Pampilhosa da Serra - Passagem ao Domínio Público Municipal

----- Pelo Senhor Presidente da Câmara foi dito o seguinte: -----

----- Tendo em conta o investimento já efetuado por este Município, no que concerne ao alargamento da estrada de acesso à Albufeira do Cabril em Vilar - Amoreira, melhorando a via de acesso aquele local, importa agradecer ao Senhor Luís Miguel da Gama Mendes, contribuinte nº 115018425, residente na R. Romualdo Mela nº 7, tomar, 2300-000 Tomar, pela cedência gratuita de uma parcela de terreno com 1.435m², a qual faz parte do seu artigo rústico nº 9626, não descrito na Conservatória do Registo Predial, e que se destina a integrar o Domínio Público Municipal, mais concretamente, ao alargamento da referida estrada de acesso à Albufeira do Cabril em Vilar. -----

----- Assim, com vista à regularização junto do Serviço de Finanças de Pampilhosa da Serra, sugere-se que a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na al. ccc), do nº 1 do art.33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais proponha à Assembleia Municipal que a mesma delibere sobre a afetação daquela parcela de terreno com 1.435 m², pertencente ao artigo rústico nº 9626 da Freguesia de Portela do Fojo-Machio, ao domínio público Municipal, nos termos da alínea q), do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, atenta a sua redação em vigor.

----- Após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e submeter à Assembleia Municipal a afetação da parcela de terreno com 1.435 m², pertencente ao artigo matricial rústico em apreço, ao domínio público municipal. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2.1.5 - Ocupação de uma Parcela de Terreno com 884 m2, pertencente ao Logradouro do artigo urbano nº 1188, sita no lugar denominado "Vilar", Freguesia de Portela do Fojo-Machio, Concelho de Pampilhosa da Serra

- Passagem ao Domínio Público Municipal

----- Pelo Senhor Presidente da Câmara foi dito o seguinte: -----

----- Tendo em conta o investimento já efetuado por este Município, no que concerne ao alargamento da estrada de acesso à Albufeira do Cabril em Vilar - Amoreira, melhorando a via de acesso aquele local, importa agradecer ao Senhor Luís Miguel da Gama Mendes, contribuinte nº 115018425, residente na R. Romualdo Mela nº 7, tomar, 2300-000 Tomar, pela cedência gratuita de uma parcela de terreno com 884m2, a qual faz parte do logradouro do seu artigo urbano nº 1188 (proveniente no artigo urbano nº 934, da extinta freguesia de Portela do Fojo), descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 2374, sito em Vilar, freguesia de Portela do Fojo-Machio, concelho de Pampilhosa da Serra, e que se destina a integrar o Domínio Público Municipal, mais concretamente, ao alargamento da referida estrada de acesso à Albufeira do Cabril em Vilar. -----

----- Assim, com vista à regularização junto do Serviço de Finanças de Pampilhosa da Serra, bem como na Conservatória do Registo Predial, sugere-se que a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na al. ccc), do nº 1 do art.33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais proponha à Assembleia Municipal que a mesma delibere sobre a afetação daquela parcela de terreno com 884 m2, pertencente ao artigo urbano nº 1188 da Freguesia de Portela do Fojo-Machio, ao domínio público Municipal, nos termos da alínea q), do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, atenta a sua redação em vigor. -----

----- Após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e submeter à Assembleia Municipal a afetação da dita parcela de terreno com 884 m2, pertencente ao artigo matricial em apreço, ao domínio público municipal. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3 - DIVISÃO FINANCEIRA

3.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

3.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 25 de maio de 2017, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 2.699.001,77 € (dois milhões seiscentos e noventa e nove mil e um euros e setenta e sete centimos); -----

----- De operações não orçamentais: 218.779,66 € (duzentos e dezoito mil setecentos e setenta e nove euros e sessenta e seis centimos), num total de 2.927.965,86 € (dois milhões novecentos e vinte e sete mil novecentos e sessenta e cinco euros e oitenta e seis centimos).-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.1.2 - 3ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano - 2017

----- Foi presente a 3ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2017, em que constam os seguintes valores: -----

----- Na receita, de inscrições/reforços, o valor de 360.000,00 €. -----

----- Na despesa, de inscrições/reforços, o valor de 360.000,00 €. -----

----- Nas Grandes Opções do Plano, o reforço de 360.000,00 €.-----

----- Após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e submeter os documentos à Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.3 - Grupo de Concertinas de Machio, Pampilhosa da Serra, GCMPS

- 5º Encontro de Concertinistas em Pampilhosa da Serra

- Pedido de apoio financeiro

----- Foi presente um ofício do Grupo de Concertinas de Machio, Pampilhosa da Serra, GCMPS, com a referência nº 04/17, datado de 15/05/2017, a comunicar que vai realizar o 5º Encontro de Concertinistas em Pampilhosa da Serra, no dia 22 de julho. -----

----- Assim, vêm solicitar o apoio e a colaboração do Município para aquele evento, com a atribuição de um subsídio para fazer face à despesa realizada com o mesmo. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, tendo em conta a informação emitida pelos Serviços Financeiros da Autarquia, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, conceder apoio financeiro ao Grupo de Concertinas de Machio, Pampilhosa da Serra, GCMPS, no valor de 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros), mediante Protocolo. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

3.1.4 - Conhecer Caminhos - Associação **- Pedido de apoio financeiro**

----- Foi presente um ofício da Conhecer Caminhos - Associação, datado de 10/05/2017, a solicitar apoio financeiro destinado à aquisição de equipamento com vista a melhorar os espaços físicos da sua sede, tendo em conta as atividades que nela vêm desenvolvendo com regularidade, promovendo o convívio entre os residentes e os visitantes da localidade. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, tendo em conta a informação emitida pelos Serviços Financeiros da Autarquia, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, conceder apoio financeiro à Conhecer Caminhos - Associação, no valor de 3.000,00 € (três mil euros), mediante Protocolo. -----

----- O Senhor Vereador João dos Santos Alves ausentou-se da sala por estar impedido por Lei. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

4.1 - SERVIÇOS JURÍDICOS

4.1.1 - Grupo Desportivo Pampilhosense **- Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo**

----- Na sequência do pedido formulado pelo Grupo Desportivo Pampilhosense, em ofício com registo de entrada 5970 de 24/05/2017, para atribuição de um subsídio, em 12 mensalidades, no valor de 3.350,00€, que contempla o período de maio de 2017 a abril de 2018; -----

----- A Câmara Municipal, após análise e consulta aos Serviços Financeiros, deliberou por unanimidade celebrar com o Grupo Desportivo Pampilhosense um contrato-programa de desenvolvimento desportivo no qual se consignará: -----

----- a) A atribuição de apoio não financeiros, por parte do Município de Pampilhosa da Serra ao GDP, que se consubstancia na cedência do uso de espaços integrantes do Estádio Municipal de Pampilhosa da Serra, bem como dos bens móveis nele existentes, propriedade da autarquia, para a prática de atividades previstas no seu Plano Anual de Atividades e Orçamento, respetivos estatutos e das demais com elas relacionadas; -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- b) Atribuição de apoio financeiro no montante global de 40.200,00€, o que corresponde a um valor de 3.350,00€ pagos mensalmente, durante o período de maio de 2017 a abril de 2018 (inclusive), no sentido de ser cumprido o seu programa de desenvolvimento desportivo/plano anual de atividades para o ano 2017/2018. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

5.1 - TURISMO

5.1.1 - Feira Internacional de Artesanato 2017

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Turismo, do seguinte teor: -----

----- “ No seguimento da estratégia de marketing territorial por nós elaborada para a área do turismo, que assenta na promoção da marca de destino “Pampilhosa da Serra Inspira Natureza”, propomos: -----

----- A participação/representação do Município de Pampilhosa da Serra na Feira Internacional de Artesanato 2017 (FIA). -----

----- Relativamente ao stand, informamos os valores de custo: -----

----- - Stand de 4 frentes, com uma área total de ocupação de 108 m2 - 18.264,25 €. -----

----- O valor da participação é de 18.264,25 €, IVA à taxa de 23%, totalizando a importância de 22.465,03 €. -----

----- Mais informamos da relevância de promover o território (os seus recursos endógenos, o artesanato, a gastronomia, as aldeias do xisto, as praias fluviais, a rede de percursos pedestres e BTT e as paisagens) em articulação com agentes turísticos privados a operar no concelho. -----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

6 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

6.1 - URBANISMO, OBRAS PARTICULARES, LOTEAMENTOS



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

6.1.1 – Edifício em mau estado em Póvoa da Raposeira

- Processo Vist. Diversas n.º 01/2014

- Proprietário: José Maria Santos

----- Foi presente uma Informação dos Serviços de Urbanismo, Obras Particulares, Loteamentos, do seguinte teor: -----

----- “O proprietário do imóvel em mau estado sito na localidade de Póvoa da Raposeira, freguesia de Unhais-o-Velho, concelho de Pampilhosa da Serra, foi notificado do teor do relatório final de vistoria em 29/04/2014, através do ofício n.º 1977, datado de 29/04/2014, no qual lhe foram impostas obras de correção das anomalias verificadas.-----

----- Findo o prazo determinado para a execução dos trabalhos impostos em sede de vistoria, relativos à demolição do corpo mais alto do edifício acima do limite do pavimento do 1.º piso, com a consolidação do remanescente, e à vedação dos vãos de acesso aos pisos térreos, verificou-se que o proprietário não executou os mesmos, tendo o mesmo sido notificado em 18/07/2014, através do ofício n.º 3400, para no prazo de dez dias úteis proceder à execução dos referidos trabalhos.-----

----- Decorrido que foi o prazo para a execução dos trabalhos impostos em sede de vistoria, acrescido dos dez dias acima referidos, sem que o proprietário tenha executado os mesmos, procedeu-se à elaboração de um orçamento tendo por base a tabela de preço/hora de máquinas e viaturas, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 05/05/2004, e os valores atuais dos encargos diários deste Município com o pessoal a afeto aos trabalhos a realizar, tendo-se obtido o valor de 3.069,77 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme orçamento em anexo.-----

----- Em sede de audiência prévia, foi o proprietário notificado através do ofício n.º 3781 datado de 21/08/2014, da intenção do Município tomar posse administrativa do imóvel para a execução coerciva das obras, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 91.º do Decreto Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 26/2010, de 30/03, que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), e do custo dos trabalhos a realizar.-----

----- De referir que durante o prazo de audiência prévia, o proprietário não se pronunciou.-----

----- Pelo exposto, decorrido que foi o prazo de audiência prévia e após conhecimento da não realização dos trabalhos impostos, de acordo com a informação prestada pelos serviços de fiscalização deste Município, após deslocação ao local, entendeu-se que deveria ser determinada a posse administrativa do imóvel em ruínas e a execução coerciva das obras de demolição do corpo mais alto do edifício acima do limite do pavimento do 1.º piso, com a consolidação do remanescente, e à vedação dos vãos de acesso aos pisos térreos, de acordo com o disposto no art.º 107.º do Decreto Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 26/2010, de 30/03, por força do n.º 2 do art.º 91.º do referido diploma.-----

----- Mais se propôs que às despesas realizadas com a execução coerciva das obras, de acordo com



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

orçamento apenso ao presente processo de vistorias diversas, cujo valor é de 3.069,77 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, fosse aplicado o disposto no art.º 108.º do Decreto Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 26/2010, de 30/03. -----

----- Pelo exposto, foi presente à reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, realizada 27/10/2014, uma informação dos serviços técnicos de obras particulares, datada de 21/10/2014, na qual foi submetida à apreciação a tomada de posse administrativa do imóvel, a descrição dos trabalhos a realizar coercivamente e o orçamento relativo à execução dos mesmos, no valor de 3.069,77 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tendo sido deliberada a posse administrativa do imóvel e a execução coerciva das obras determinadas em sede de vistoria, e às despesas realizadas com a execução das mesmas, a aplicação do disposto no art.º 108.º do Decreto Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 26/2010, de 30/03.-----

----- Da referida deliberação fez público o Senhor Presidente da Câmara Municipal nos termos do n.º 1 do art.º 70.º do Código do Procedimento Administrativo e para os efeitos previstos nos art.ºs 107.º e 108.º do Decreto Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 26/2010, de 30/03, através do edital de posse administrativa, datado de 03/11/2014, da deliberação da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra tomada em sua reunião ordinária ocorrida em 27/10/2014, na qual foi determinada a posse administrativa do imóvel, a fim de proceder à execução coerciva das obras de demolição do corpo mais alto do edifício acima do limite do pavimento do 1.º piso, com a consolidação do remanescente, e à vedação dos vãos de acesso aos pisos térreos, determinadas no auto da vistoria realizada em 20/02/2014.-----

----- Tendo no citado edital sido referido que a posse administrativa do imóvel manter-se-ia, nos termos do n.º 8 do art.º 107.º do Decreto Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 26/2010, de 30/03, que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, por lapso, pelo prazo de 30 dias e não 45 dias, conforme determinado no auto da vistoria realizada em 20/02/2014, e que às despesas realizadas com a execução coerciva das obras, de acordo com o orçamento apenso ao Processo de Vistorias Diversas n.º 01/2014, seria aplicado o disposto no art.º 108.º do citado diploma.-----

----- Em 11/03/2015, o proprietário veio informar, através da comunicação registada neste Município sob o número em epígrafe, que resolveu proceder à execução das obras de determinadas em sede de vistoria por conta própria.-----

----- Em face do exposto, da indecisão demonstrada presencialmente pelo proprietário sempre que se deslocou aos serviços de obras particulares deste Município em assumir a execução das obras e de não ter efetivamente ocorrido a posse administrativa do imóvel por parte dos competentes serviços municipais, os serviços técnicos de obras particulares deste Município propuseram que fosse determinado um prazo adicional de 45 dias, igual ao que o Município teria para a realização das obras coercivamente, conforme o disposto no n.º 8 do art.º 107.º do Decreto Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 26/2010 de 30/03, contados da data da receção da presente comunicação, para que o proprietário procedesse à execução das obras de demolição do corpo mais alto do edifício acima do limite do pavimento do 1.º piso, com a



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

consolidação do remanescente, e à vedação dos vãos de acesso aos pisos térreos, findo o qual ou logo que terminadas, deveria comunicar ao Município a sua conclusão para verificação no local.-----

----- Mais se entendeu informar que, em caso de deferimento, o proprietário deveria ser notificado do mesmo e informado que as obras deveriam ser iniciadas no imediato e que caso as mesmas não sejam concluídas dentro do prazo adicional, o Município procederá de imediato, de acordo com o já determinado, à posse administrativa do imóvel e à execução coerciva das obras, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 91.º do Decreto Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 26/2010 de 30/03, imputando ao proprietário as quantias relativas às despesas realizadas com a execução coerciva das obras, nos termos do disposto no art.º 108.º do citado diploma, nomeadamente o valor de 3.069,77 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com orçamento apenso ao presente processo de vistorias diversas.-----

----- Através do ofício n.º 1401, datado de 13/03/2015, o proprietário tomou conhecimento do prazo adicional de 45 dias, concedido por despacho do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, datado de 12/03/2015, para proceder à execução das obras de demolição do corpo mais alto do edifício acima do limite do pavimento do 1.º piso, com a consolidação do remanescente, e à vedação dos vãos de acesso aos pisos térreos, determinadas em sede de vistoria.-----

----- Decorrido que foi o prazo adicional, sem que o proprietário tenha procedido à execução das citadas obras, conforme o teor da informação prestada pelos serviços de fiscalização deste Município, após deslocação ao local, entenderam os serviços técnicos de obras particulares que os competentes serviços municipais deveriam proceder no imediato, de acordo com a deliberação da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra tomada em sua reunião ordinária ocorrida em 27/10/2014, à posse administrativa do imóvel e à execução coerciva das obras, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 91.º do Decreto Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 26/2010 de 30/03, imputando ao proprietário as quantias relativas às despesas realizadas com a execução coerciva das obras, nos termos do disposto no art.º 108.º do citado diploma, nomeadamente o valor de 3.069,77 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com orçamento apenso ao presente processo de vistorias diversa, antecedida de notificação do proprietário.-----

----- Através do ofício n.º 2701, datado de 02/05/2015, o proprietário tomou conhecimento da decisão do Município, por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal datado de 02/06/2015, em proceder à posse administrativa do imóvel para a execução coerciva das obras impostas em sede de vistoria e mencionadas no edital datado de 03/11/2014, conforme cópia anexa.-----

----- Uma vez não ter efetivamente ocorrido a posse administrativa do imóvel e a realização das obras coercivamente por parte dos competentes serviços municipais, de acordo com o teor das informações prestadas pelos serviços de fiscalização deste Município, após deslocação ao local em 22/01/2016 e em 05/05/2017, associada à indisponibilidade dos citados serviços para realizá-las dentro do mesmo prazo de 45 dias concedido ao proprietário, conforme dispõe o n.º 8 do art.º 107.º do Decreto Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 26/2010 de 30/03, reforçada pelas constantes indecisões demonstradas pelo proprietário em assumir a sua execução,



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

entendem os serviços técnicos de obras particulares deste Município que, face ao tempo decorrido e que medeia a deliberação da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra tomada em sua reunião ordinária ocorrida em 27/10/2014, para a posse administrativa do imóvel e à execução coerciva das obras, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 91.º do Decreto Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 26/2010 de 30/03, e o superior despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal datado de 02/06/2015, para a imediata posse administrativa do imóvel e execução coerciva das obras, deverá ser submetida à apreciação a tomada de posse administrativa do imóvel, a descrição dos trabalhos a realizar coercivamente, o orçamento relativo à execução dos mesmos, no valor de 3.069,77€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e a aplicação do disposto no art.º 108.º do Decreto Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 26/2010, de 30/03, às despesas a realizar com a execução das mesmas, a serem realizadas no imediato, reforçando a anterior deliberação da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra ocorrida em 27/10/2014.-----

----- Mais se entende informar que caso seja deliberada pela Câmara Municipal, a tomada de imediata posse administrativa do imóvel e execução coerciva das obras, da mesma deverá o Senhor Presidente da Câmara Municipal tornar público, nos termos do n.º 1 do art.º 70.º do Código do Procedimento Administrativo e para os efeitos previstos nos art.ºs 107.º e 108.º do Decreto Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 26/2010, de 30/03, através de edital público de posse administrativa.-----

----- Nestes termos, entende-se propor que o teor da presente informação seja submetido a apreciação e votação em reunião de Câmara de Municipal.-----

----- À consideração superior."-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

6.2 - OBRAS PÚBLICAS

6.2.1 - Requalificação de arruamentos municipais_2017_fase 1

- Concurso 042017

- Informação de minuta do contrato

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- "Tendo em consideração o concurso público em epígrafe verifica-se que o adjudicatário procedeu à entrega dos documentos de habilitação em 17/05/2017 através da mensagem refª PT1.MSG.578448 colocada na plataforma VortalGov. -----

----- De igual modo procedeu à apresentação da garantia bancária nº GAR/17300886 emitida



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

em 12/05/2017 pelo Banco BPI, S.A, no montante de 13.729,29 €, correspondente a 10% do valor total da adjudicação. -----

----- Assim e no cumprimento do disposto no nº 1 do artigo 98º do Código dos Contratos dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-lei nº 18/2008 de 29/01 e atentas as subseqüentes alterações, propõe-se a V.Exª a minuta do contrato a assinar com a empresa adjudicatária. -----

----- De salientar que a citada minuta foi elaborada tendo em atenção o disposto no citado Código dos Contratos Públicos, respeitando o disposto no seu artigo 96º. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

6.2.2 – Relatório Final de Análise das Propostas

- Concurso Público para Execução da Empreitada “Reabilitação de Pavimentos em Arruamentos 2017

- Processo nº 072017

----- Foi presente o Relatório Final de Análise das Propostas, elaborado nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 148º do Código da Contratação Pública, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 278/2009 de 2 de outubro e pelo Decreto-Lei nº 149/2012 de 12 de julho. --

----- O citado Relatório encontra-se acompanhado do Relatório Preliminar elaborado nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 148º do citado Código dos Contratos Públicos. -----

----- De acordo com o conteúdo do Relatório Final, verifica-se que o Concorrente classificado em primeiro lugar, de acordo com os critérios de adjudicação previstos no Programa de Concurso, é o Concorrente nº 3 – **Diamantino Jorge & Filho, S.A.**, e que se propõe executar a empreitada pelo valor de **294.626,16 € (duzentos e noventa e quatro mil seiscientos e vinte e seis euros e dezasseis cêntimos)**, acrescido do Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor, com o prazo de execução de 150 dias. -----

Mais se verifica que em sede de Audiência Prévia ao relatório preliminar, o júri não recebeu por parte dos concorrentes qualquer observação, discordância ou reclamação sobre o processo durante o prazo previsto. -----

----- Após análise dos elementos presentes, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade adjudicar a empreitada à empresa **Diamantino Jorge & Filho, S.A.**, pelo valor de **294.626,16 € (duzentos e noventa e quatro mil seiscientos e vinte e seis euros e**



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

dezasseis cêntimos), acrescido do Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor, com o prazo de execução de 150 dias. -----

----- Mais deliberou que o citado Concorrente deverá ser notificado para proceder à entrega dos documentos de habilitação previstos no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos e à prestação de caução no valor de 5% do preço contratual, nos termos do disposto no artigo 88º e seguintes do referido Código e dentro dos prazos previstos no Programa de Concurso (10 dias). -----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

6.2.3 - Aquisição de Gasóleo Rodoviário_2017/2018/2019

- Tipo de Procedimento: Concurso Público

- Concurso nº 112017

----- Foi presente a Informação nº 11_Conc_2017 dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- *"A frota automóvel do Município bem como o seu parque de máquinas são na sua quase totalidade a gasóleo, gastando anualmente cerca de 330.000 lts. Assim e atendendo aos valores em causa entende-se que deverá ser aberto um procedimento de aquisição do citado combustível, em regime de fornecimento contínuo por um período de 24 meses e uma quantidade máxima de 660.000 lts. As peças do procedimento, nomeadamente programa de concurso, caderno de encargos e orçamento base bem como demais elementos tendentes ao lançamento do procedimento de concurso estão elaborados. Para prazo máximo de duração do fornecimento fixa-se 24 meses e o adjudicatário prestará uma caução inicial no montante de 5% do valor da adjudicação. Assim e tendo e atento o atrás exposto, entende-se que deve ser iniciado um procedimento de concurso público com publicidade de anúncio no JOUE, para aquisição do bem em regime de fornecimento contínuo, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/01. -----*

----- Mais se informa que os valores e parâmetros mais relevantes são os seguintes: -----

----- Objeto do Contrato: Locação ou Aquisição de Bens Móveis; -----

----- Preço Base: 792.000,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Base da Escolha do Procedimento: Valor do Contrato; -----

----- Tipo de Procedimento: Concurso Público, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto Lei nº 18/2008, de 29/01. -----

----- Prazo máximo de duração do fornecimento: 24 meses; -----

----- Caução: 5%; -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e proceder à abertura do procedimento do concurso, ao abrigo do



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

disposto na alínea b) do artigo 19º, do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/01. -----

----- Mais deliberou dar poderes ao Senhor Presidente para decidir sobre questões relacionadas com erros e omissões, devendo todas as decisões ser objeto de ratificação na reunião imediatamente seguinte à data da tomada de decisão. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

6.2.3.1 - Júri do procedimento de concurso

----- Foi presente a Informação nº 11_Conc_2017, dos Serviços Técnicos de Obras, na qual é proposto o Júri do presente procedimento de concurso, de acordo com o seguinte:

----- EFETIVOS: -----

----- Presidente - Fernando Pereira Alves; -----

----- 1º Vogal - Luís Filipe Simões Batista; -----

----- 2º Vogal - Pedro Tiago Sousa Santa; -----

----- SUPLENTE: -----

----- 1º Vogal - José Carlos Alves Barreiros; -----

----- 2º Vogal - Nuno Miguel Coelho Pina. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a constituição do Júri nos termos e para os efeitos do disposto no Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008, de 29/01. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

7 - DIVISÃO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVA

7.1 - CULTURA

7.1.1 - Programa de Férias "Julho em Ação, Um Mês de Diversão"

- Proposta de Visitas

----- Foi presente uma informação da Divisão Socio Cultural e Educativa do seguinte teor:-----

----- O Programa de Férias "Julho em Ação, Um Mês de Diversão" vai decorrer de 03 a 31 de julho de 2017. -----

----- Na sequência do êxito de edições anteriores, pensou-se em integrar neste



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

programa a 3ª edição da atividade “O Meu Concelho é Lindo a Valer, (Em)bora Lá Conhecer”, que pretende proporcionar aos participantes, um conhecimento mais profundo do concelho onde vivem, através de visitas às Freguesias, com a seguinte calendarização: -----

- 04 de julho – Visita à Freguesia de Pampilhosa da Serra; -----
- 06 de julho – Visita à Freguesia de Dornelas do Zêzere; -----
- 11 de julho – Visita à Freguesia de Cabril; -----
- 13 de julho – Visita à Freguesia de Fajão/Vidual; -----
- 18 de julho – Visita à Freguesia de Janeiro de Baixo; -----
- 20 de julho – Visita à Freguesia de Unhais-o-Velho; -----
- 25 de julho – Visita à Freguesia de Pessegueiro; -----
- 27 de julho – Visita à Freguesia de Portela do Fojo/Machio. -----

----- No sentido de proporcionar novas experiências às crianças e jovens do concelho, inscritas no referido programa, pensou-se na realização de um Batismo de Voo, a bordo da TAP, numa viagem Lisboa/Porto (Grupo 1) e Porto/Lisboa (Grupo 2), para 40 crianças/jovens a partir dos 6 anos.-----

----- No sentido de diminuir os custos da viagem, não sobrecarregando os orçamentos familiares, poderá o Município comparticipar em 50% do valor que vier a ser estipulado.

----- Esta atividade seria uma forma de possibilitar a muitas crianças e jovens pampilhosenses a realização de um sonho e uma oportunidade única que, de outra forma, seria difícil de experienciar. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aguardar que sejam apresentados os custos inerentes a esta atividade. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

7.1.2 – Candidatura “Green Project Awards”

----- Foi presente uma informação da Divisão Sociocultural e Educativa, do seguinte teor: -----

----- “ A GCI, consultora de comunicação portuguesa independente, em parceria com a Agência Portuguesa do Ambiente e a Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, institui um Prémio de reconhecimento de boas práticas em projetos que promovam o desenvolvimento sustentável, designado Green Project Awards, com periodicidade anual. -----

----- As candidaturas, à edição de 2017, estão abertas até 31 de maio e serão entregues, exclusivamente, em formato digital. -----

----- A submissão da candidatura está sujeita ao pagamento de uma taxa de inscrição no valor de 500,00€ (+IVA – 23%) para entidades pertencentes à Administração Pública, que deverá, de



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

acordo com o regulamento ser efetuado via transferência bancária para o IBAN PT 50 0007 0000 00209413107 23. -----

----- As categorias a concurso no GPA 2017 são: Agricultura, Cidades e Mobilidade Sustentáveis, Gestão Eficiente de Recursos, Indústria 4.0, Iniciativa Jovem, Iniciativa de Mobilização, Investigação & Desenvolvimento, Mar e Turismo. -----

----- Tendo em conta os projetos desenvolvidos pelo Município de Pampilhosa da Serra, julga-se pertinente apresentar candidatura às categorias: -----

----- - Iniciativa de Mobilização, com o "Programa Conversa de Avós"; -----

----- - Turismo, com o "Inspira Natal/Festa da Filhó Espichada". -----

----- De salientar que a categoria "Iniciativa de Mobilização" pretende distinguir candidaturas de campanhas, programas, ações e outras iniciativas de mobilização da sociedade para o desenvolvimento sustentável. Iniciativas que tenham produzido impacto na comunidade e que pretendam sensibilizar, informar e despertar a sociedade para o futuro sustentável. -----

----- A categoria "Turismo" pretende distinguir candidaturas de projetos e iniciativas que contribuam para o desenvolvimento sustentável do Turismo de Portugal, assegurando o equilíbrio entre as vertentes económica, social e ambiental, através da aplicação de práticas e soluções inovadoras de gestão eficiente de recursos e proteção/preservação ambiental, ou de iniciativas de preservação de valores e heranças culturais. -----

----- Face ao exposto, submete-se à apreciação da Câmara Municipal a candidatura a este Prémio." -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

7.1.3 - Projeto de Regulamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família

----- Foi presente o Projeto de Regulamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família, que tem como finalidade estabelecer as normas e os princípios gerais de frequência das AAAF, na Educação Pré-escolar da rede pública do Concelho de Pampilhosa da Serra. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar e, ao abrigo do disposto no art. 241º da Constituição da República Portuguesa, da competência prevista na alínea k), do n.º 1 do art. 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, submeter o presente Projeto de Regulamento a consulta pública, para recolha de sugestões, em cumprimento do disposto no artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

7.1.4 - Regulamento Interno de Funcionamento dos Programas de Férias

----- Foi presente o Regulamento Interno de Funcionamento dos Programas de Férias, elaborado ao abrigo do disposto no art. 241º da Constituição da República Portuguesa, da competência prevista na alínea k), do n.º 1 do art. 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e que tem como finalidade definir a natureza, os objetivos e o funcionamento dos programas de férias, promovidos pelo Município de Pampilhosa da Serra, que consistem num conjunto de atividades de caráter recreativo, educativo, cultural e desportivo, realizadas durante os períodos não letivos e dirigidos a crianças e jovens. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

7.2 - AÇÃO SOCIAL

7.2.1 - Ação Social Escolar - Reavaliação

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- “ No seguimento do pedido de reavaliação do processo de ação social escolar da aluna Lara Isabel Gomes Marques, e tendo em conta a entrega de novos documentos válidos apresentados pelo agregado, propõe-se que a aluna passe do escalão de indeferimento para a isenção, sendo que a isenção deverá ter efeitos desde o dia 1 de abril de 2017. -----

----- À consideração superior.” -----

----- A Câmara Municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

III - PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO

----- A Câmara Municipal, concedeu uma hora de período aberto ao público, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Esgotado que foi o tempo e não tendo aparecido nenhum munícipe, o Sr. Presidente deu por terminado o período aberto ao público. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

ENCERRAMENTO

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi declarada encerrada a reunião, quando eram onze horas, dela se lavrando esta ata, que foi posteriormente assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que redigi e subscrevi. -----




